

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.935 - SC (2019/0295554-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : WANDERSON DE SOUZA
ADVOGADO : WANDERSON DE SOUZA - SC038507
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DENILSON ARAUJO TELES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DENILSON ARAUJO TELES em face do acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado (fls. 529/530):

PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME CONTRA A VIDA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, I, III e IV, DO CÓDIGO PENAL). DECISÃO DE PRONÚNCIA. RECURSO DA DEFESA.

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. NÃO CONHECIMENTO.

- O pedido de concessão da justiça gratuita não deve ser conhecido porquanto ausente prévia manifestação do Juízo a quo sobre a matéria, sob pena de supressão de instância e ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição.

ARGUIÇÃO DE NULIDADE DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INSUBSISTÊNCIA. PROCEDIMENTO DO ARTIGO 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL QUE SE TRATA DE MERA RECOMENDAÇÃO. TESE REJEITADA.

- A inobservância do procedimento estabelecido no artigo 226 do Código de Processo Penal não gera vício insanável apto a acarretar a nulidade do reconhecimento fotográfico ou pessoal realizado, notadamente por se tratar de mera recomendação.

PLEITO DE IMPRONÚNCIA. INVIABILIDADE. VERSÕES APRESENTADAS QUE SE CONTRAPÕEM ENTRE SI. EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÕES QUE REFORÇA A NECESSIDADE DE APRECIACÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA.

- Para a pronúncia não são exigidos os mesmos critérios valorativos dispensados à formação da convicção condenatória; a existência de indícios consistentes que apontam o acusado como autor do delito é suficiente para autorizar o envio do feito à sessão plenária do júri.

PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. MANTIDOS OS FUNDAMENTOS QUE ENSEJARAM A DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO ACERCA DA

Superior Tribunal de Justiça

NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE, GRAVIDADE CONCRETA DO SUPOSTO CRIME E POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. DECISÃO MANTIDA.

- Verificada a necessidade de garantia da ordem pública, mostra-se adequada a decretação da prisão preventiva, bem como sua manutenção na decisão de pronúncia.
- Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva cumprida no dia 8/2/2019 e foi pronunciado pela prática do crime descrito no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal.

Afirma o impetrante, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva e negativa de autoria.

Sustenta neste *writ*, em suma, que a sentença de pronúncia está baseada exclusivamente em depoimentos prestados na fase policial, não confirmados em juízo, negando vigência ao art. 155 do CPP, asseverando, por conseguinte, inexistir prova da participação do paciente no fato delitivo.

Alega ainda que nulidade do seu reconhecimento por foto, sem observância dos ditames do art. 226 do Código de Processo Penal.

Quanto à prisão preventiva, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Em relação às demais teses, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para absolver sumariamente o paciente ou, subsidiariamente, impronunciar o paciente. Caso não entender dessa forma, declarar nulo o reconhecimento por fotografia.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois as pretensões deduzidas de absolvição sumária, impronúncia e nulidade de provas são claramente satisfativas, inviabilizando a suspensão dos efeitos do acórdão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos

termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto (fls. 165/168):

Diante dos elementos informativos produzidos, verifica-se a existência de indícios suficientes apontando Denilson e Bruno como autores do fato investigado, senão vejamos.

A testemunha protegida 01/19 contou que "(...) tem conhecimento que Tiago pertencia a facção criminosa PGC; (...) que no áudio R7 pediu para a vítima "mano, tu tem como dar uma passada aqui nos predinhos", referindo aos prédios da rua Areia Branca; (...) que afirma que R7 é negro, faz uso de tornozeleira eletrônica; (...) que mostrou a fotografia de Denilson Araújo Teles, reconhece com certeza tratar-se da pessoa de apelido R7; (...)" (p. 17).

A testemunha protegida 02 contou que "(...) ouviu alguns estampidos inicialmente achou que eram estouros de bombinhas, mas logo na sequência identificou como disparos de arma de fogo; que então consegue dizer que o número de estampidos na oportunidade chegaram a próximo de oito, ao que percebeu todos no mesmo tom; (...) que viu nitidamente um rapaz de cor negra, sem camisa, com calça na cor preta com listras brancas nas laterais, sem boné, também de altura aproximada de 1,75 metro, idade aparente de 22 anos, rosto limpo, correndo na direção contrária de onde estava a vítima, pelos fundos do bloco 11, para alcançar a cerca divisória com a via pública; (...) que também na mesma oportunidade, XXX o terceiro indivíduo envolvido no crime em tela, tratando-se de um rapaz de idade aparente de 22 anos, estatura aproximada de 1,75 metro, rosto limpo, com um sinal de espinha, ou machucado, no lado direito do rosto logo abaixo dos olhos, cabelo com uma mancha amarelada na parte superior do cabelo, trajando bermuda escura e camiseta clara, e nas mãos trazia, pelo que percebeu, uma arma de fogo a qual estava sendo enrolada em uma camiseta verde e, vindo na direção da entrada dos prédios e correu para se juntar aquele outro rapaz moreno já descrito, e ambos então alcançaram um vão na cerca do condomínio, chegando a via pública; (...) que na sequência então, foram exibidas a depoente algumas imagens de suspeitos do crime em tela, e a mesma, sem titubear e com precisão, identificou o indivíduo de Denilson Araújo Teles como sendo aquele rapaz moreno que se evadiu na companhia do outro mais claro, alcançando a cerca do condomínio; que também na sequência a depoente reconheceu por imagem fotográfica Bruno Eduardo Palavro Duzac Martins, como sendo aquele indivíduo que passou por sua frente embrulhando a arma de fogo em uma camiseta verde, descrito acima; (...)" (p. 36/37).

Ademais, a testemunha Rosilda Coreiro também narrou a ação delitiva nos mesmos termos que as testemunhas protegidas; declarou, no entanto, não ter condições de identificar os autores, apesar de ter descrito algumas características físicas – condizentes com as dos representados (p. 38/39).

Importante destacar, ainda, que algumas horas após o crime, a Polícia Militar recebeu denúncia anônima apontando o representado Denilson como autor/mandante do homicídio e indicando o local de sua residência (p. 19/20).

Como visto, o representado Denilson Telles (de alcunha R7) teria enviado mensagens para vítima momentos antes do crime convidando-a

para ir até o local onde foi morto ("predinhos" do Areia Branca), possivelmente atraído para uma emboscada.

O representado Denilson foi reconhecido por duas testemunhas que o viram correndo com uma arma na mão logo após os disparos. Vale destacar, também, que as testemunhas contaram que o atirador estava com uma tornozeleira eletrônica, o que coincide com a situação penal do representado (iPen – p. 31/35).

Quanto ao representado Bruno, os indícios de autoria repousam, sobretudo, no relato da testemunha protegida 02, que descreveu suas características – cujos traços físicos condizem com a fotografia de p. 55 – e o reconheceu com absoluta certeza como o outro indivíduo que passou correndo e estava enrolando a arma de fogo em uma camiseta verde.

Desta forma, a decretação da prisão preventiva justifica-se para garantia da ordem pública, pois não fosse a gravidade da própria infração, praticada em plena luz do dia, no interior de um condomínio densamente povoado, com vários disparos de arma de fogo (o que coloca em risco não apenas os envolvidos diretos, senão outros transeuntes), a ação revestiu-se de violência desproporcional, por dois indivíduos armados, em uma possível emboscada.

Além do mais, informações preliminares indicam que a motivação tem relação, também, com disputa entre membros de facção criminosa, sendo certo que as facções criminosas atuantes neste município são responsáveis pelo cometimento de inúmeros crimes, mostrando-se a medida necessária para garantia da ordem pública a fim de refrear a incidência dos envolvidos.

Aliás, observa-se que os representados têm envolvimento com ações criminosas (p. 72/75), inclusive Denilson cumpre pena em regime semiaberto com monitoração eletrônica. Bruno, por sua vez, foi beneficiado com alvará de soltura no dia 17/01/2019, menos de 24 horas antes do crime, ou seja, fortes indicativos de que o encarceramento anterior não serviu para afastá-los da delinquência, justificando-se a prisão cautelar, também, para assegurar a aplicação da lei penal.

Desta forma, está presente o risco à ordem pública e à aplicação da lei penal que implica na necessidade da decretação da prisão preventiva de Denilson Araújo Teles e Bruno Eduardo Palavro Duzac Martins (expeçam-se os mandados).

Como se vê, consta no decreto de prisão fundamentação que deve ser entendida como válida, pois destaca circunstâncias fáticas que demonstram gravidade concreta, visto que o paciente possui vivência delitiva e integra uma organização criminosa, pois *informações preliminares indicam que a motivação tem relação, também, com disputa entre membros de facção criminosa, sendo certo que as facções criminosas atuantes neste município são responsáveis pelo cometimento de inúmeros crimes, mostrando-se a medida necessária para garantia da ordem pública a fim de refrear a incidência dos envolvidos. Aliás, observa-se que os representados têm envolvimento com*

Superior Tribunal de Justiça

ações criminosas (p. 72/75), inclusive Denilson cumpre pena em regime semiaberto com monitoração eletrônica.

Além disso, consta, também, fundamentação que deve ser considerada idônea, evidenciada no *modus operandi* do delito de homicídio qualificado, pois o representado Denilson Telles (de alcunha R7) teria enviado mensagens para vítima momentos antes do crime convidando-a para ir até o local onde foi morto ("predinhos" do Areia Branca), possivelmente atraído para uma emboscada.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes (e/ou presença de diversas frentes de atuação; e/ou contatos no exterior). Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confirmam-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime

Superior Tribunal de Justiça

- Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator